

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | n° | 13 a 19 de abril
XXIV | 1047 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

Levantamento da Conab prevê safra de 137,57 mi de toneladas de grãos

Pág. 6

Economia do Paraná terá R\$ 2,6 bi a menos

Pág. 9



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

MUNICÍPIOS

Conselhos de Sanidade para garantir acesso a mercados globais



Os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária estão sendo reestruturados graças ao empenho do Sistema FAEP e produtores. Esses conselhos foram decisivos há nove anos na conquista do status de área livre de febre afto-

sa, com vacinação. Dia 17 haverá em Curitiba um grande encontro de sensibilização de agentes públicos e privados sobre a importância da sanidade agropecuária para a economia do Paraná e de seus municípios. Página 2

CONSELHOS MUNICIPAIS DE SANIDADE

Esforço local para garantir acesso a mercados globais

O Sistema FAEP está empenhado na reativação dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs).

Esses conselhos foram decisivos, nove anos atrás, na conquista do status de área livre de febre aftosa com vacinação. Retornam com importância fundamental não apenas na erradicação da aftosa, mas também para auxiliar no combate a todas as doenças e pragas que depreciam a produção de carnes, leite, hortifrutigranjeiros e até commodities – como soja, milho e trigo.

No final do ano passado 42 CSAs já foram reestruturados na região Sudoeste, com eleição de nova diretoria e plano de ação; até o final de maio outros 61 conselhos devem estar implantados no Noroeste. A meta é chegar aos 399 municípios paranaenses.

A reestruturação dos CSAs parte da constatação básica de que só o produtor rural ou só o governo não vão conseguir banir as doenças e pragas que depreciam os produtos da nossa agropecuária. Comerciantes, industriais, prefeitos e vereadores – e outros agentes da comunidade – estão convidados a zelar pela sanidade daquilo que é produzido na vizinhança. Produtos locais que possam ser consumidos com confiança em qualquer parte do globo.

O apelo para participação de todos tem como pano de fundo a dura lição dos prejuízos com o foco de febre aftosa no Paraná, em 2005. Os que mais sofreram foram justamente os produtores e a economia dos municípios.

Nesta nova fase, através de ações educativas, os CSAs devem ajudar a relegar ao passado o abate clandestino de bois, o transporte irregular de animais, a produção de alimentos sem inspeção sanitária e o uso inadequado de agrotóxicos. Estes e



O apelo para participação de todos tem como pano de fundo a dura lição dos prejuízos com o foco de febre aftosa no Paraná, em 2005. Os que mais sofreram foram justamente os produtores e a economia dos municípios.



outros problemas, mesmo quando em menor escala, são uma ameaça à credibilidade do Paraná como fornecedor de produtos confiáveis e seguros para o consumidor.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destaca que não basta eficiência individual dos produtores para colocar os produtos paranaenses nos mercados *premium*. A questão sanitária tem que ser levada a sério por todos e isto deve ficar claramente demonstrado no estrito cumprimento das normas de segurança alimentar, nacionais e internacionais. “A interrupção de nosso status de área livre (de febre aftosa) foi um terrível aviso de que a nossa tarefa não

havia sido concluída e que os cuidados com a sanidade devem ser permanentes, inclusive na produção vegetal”, assinala Meneguette.

COMO FUNCIONA. Os Conselhos Municipais de Sanidade são entidades civis, sem fins lucrativo, criados para apoiar o sistema de Defesa Agropecuária do Estado, em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas leis federais e estaduais e nos acordos internacionais firmados pelo Brasil. Na prática, é a articulação de forças dentro do município para garantir as boas práticas sanitárias na agropecuária.

Em boa parte, foram os esforços

dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária que garantiram os altos índices de vacinação do rebanho paranaense contra a febre aftosa (acima de 95%) que culminaram, em maio de 2000, na conquista do status de área livre. No Sudoeste, os CSAs organizaram as vacinações assistidas para imunizar o gado de pequenos criadores e “cercar” o vírus. Em Carambeí, importante bacia leiteira do estado, foram intensificados os exames para detecção de brucelose e tuberculose a partir de iniciativa do conselho local com a unidade veterinária da SEAB.

Na nova fase, os CSAs estão sendo reestruturados para acrescentar um papel educativo à tarefa de permanente de vigilância. Depois de eleita uma diretoria, parte-se imediatamente para identificar os principais problemas sanitários no município e as ações que precisam ser tomadas. Em Chopinzinho, as ações sugeridas pelo conselho foram incorporadas ao plano de governo da prefeitura. A erradicação da brucelose e da tuberculose se tornou uma meta prioritária da comunidade, após discussões do conselho com as autoridades locais.

Em Londrina, no final de março, foram detectados os principais problemas que ainda ameaçam a sanidade agropecuária. São entraves que se repetem em outras regiões do estado e que vão merecer atenção especial daqui para frente. A incidência de brucelose e a tuberculose, a qualidade do leite e da água, a falta de registro e cadastro e o uso inadequado de agrotóxicos.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destaca que não basta eficiência individual dos produtores para colocar os produtos paranaenses nos mercados *premium*

Continua na próxima página

Grande encontro sobre sanidade em Curitiba

Dia 17 de abril haverá em Curitiba um grande encontro de sensibilização de agentes públicos e privados sobre a importância da sanidade agropecuária para a economia do Paraná e de seus municípios. O evento acontece no ExpoUnimed – Universi-

dade Positivo - e é promovido pelas entidades que fazem parte do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundep), com apoio da FAEP, Secretaria da Agricultura (SEAB) e Associação dos Municípios (AMP).

Confira a programação:



HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO	
09:00 hs	Abertura - Presidente do FUNDEPEC-Paraná - Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento	- Ágide Meneguette - Moacyr Elias Fadel Jr - Valter Bianchini
10:00 hs	Depoimento “As perdas econômicas e sociais em Mundo Novo (MS) em função da Febre Aftosa”	- Humberto Carlos Ramos Ex-Prefeito de Mundo Novo
10:20 hs	Palestra A importância Sanitária para manutenção e conquista de mercados.	- Inácio Kroetz Secretário Nacional de Defesa Agropecuária
11:10 hs.	Palestra Parceria Público Privada na promoção da Sanidade Agropecuária. A atuação dos CSA's e o apoio do SENAR.	- Ronei Volpi Superintendente do SENAR-PR
12:00 hs.	Depoimentos Exemplo de operacionalização das ações conjuntas no fortalecimento dos CSA's no Sudoeste do Paraná.	
12:30 hs.	Almoço	- no local
14:00 hs.	Debate “Passo a passo da operacionalização do projeto de reestruturação dos CSA's e a importância da participação das Prefeituras Municipais”	Coordenador - Antonio Poloni Debatedores: - Inácio Kroetz - Herlon de Almeida - Ronei Volpi
16:00 hs.	Encerramento	

ARTIGO

Celso Doliveira

Celso Doliveira, médico veterinário, assessor do FUNDEPEC/PR

A hora e a vez da municipalização da defesa agropecuária

Num país de dimensões continentais como o Brasil não se pode imaginar um sistema de gestão pública que não valorize o município.

Todos sabem da enorme importância do agronegócio para a economia brasileira. Corresponde a um quarto do PIB nacional, mais de um terço das exportações e dos empregos. O agronegócio é o grande responsável pelo saldo positivo da balança comercial nacional. E a grande maioria dos municípios brasileiros é muito dependente deste importante segmento da economia.

De outro lado, as administrações municipais pouco vêm fazendo pela defesa agropecuária em nível local. Na verdade, a agropecuária ainda está muito longe de receber os serviços públicos que necessita e que merece, pois é uma das únicas atividades da administração pública, onde a gestão dos serviços permanece centralizada nos níveis estadual e federal.

Hoje, na forma como estão estruturados os serviços oficiais de defesa agropecuária, o município recebe atribuições e nenhum recurso. Mais grave, é o município o primeiro a sofrer as consequências dos problemas sanitários. Parecem evidentes os avanços so-

ciais e econômicos ocorridos com a descentralização da gestão pública, em áreas como a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública etc. Está na hora da defesa agropecuária entrar nesta luta.

O Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária tem demonstrado que o envolvimento das prefeituras nas questões ligadas à sanidade agropecuária é o primeiro e importante passo neste sentido. Porém é fundamental que lideranças do agronegócio e gestores municipais esgotem este debate no sentido de tornar mais próximo dos produtores os serviços de defesa e os programas de controle e erradicação de doenças e pragas.

É no município que as coisas acontecem e é por intermédio do município que os programas nacionais de defesa agropecuária vão acontecer de fato. Encontramos hoje diversos municípios contribuindo com as ações de defesa agropecuária de forma voluntária, seja subsidiando vacinações e exames, seja promovendo a capacitação de produtores, ou ainda subsidiando a melhoria da qualidade do leite. Isso é sensibilidade com a causa pública.

No processo de municipalização da defesa agropecuária, pre-

visto pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, existem três níveis de gestão: o central ou superior do governo federal, o intermediário caracterizado pelo governo estadual e a unidade básica operacional do sistema no nível municipal. Todos têm atribuições bem definidas e complementares, formando assim, um sistema único e hierarquizado.

Porém, para o SUASA acontecer, falta a destinação de recursos para remunerar os procedimentos de defesa realizados pelo município. Se isso acontecesse, enriqueceria muito a estrutura oficial de defesa no estado e no país. Muitos problemas sanitários seriam resolvidos mais rápidos e facilmente com o reforço da adesão dos recursos humano e financeiro das administrações municipais.

É a hora e a vez dos municípios entrarem na luta por uma defesa mais moderna, adequada à realidade econômica dos municípios focada em seus problemas e contribuindo na implantação dos grandes programas nacionais. Esta ação vem somar à estrutura hoje existente e definitivamente instituir o sistema de defesa que o país merece e que os mercados nacional e internacional exigem.

É no município que as coisas acontecem e é por intermédio do município que os programas nacionais de defesa agropecuária vão acontecer de fato

no rastro da

RASTREABILIDADE
0002

Sistemas de identificação que possibilitam a erradicação de doenças são bem público

Os mecanismos de identificação que possibilitam a erradicação de doenças são considerados bens públicos mundiais. Este foi o recado dado por Jorge Nestor Amaya, delegado da Argentina na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), durante a Conferência Internacional sobre Identificação Animal e Rastreabilidade realizada em Buenos Aires, na Argentina, no final do mês de março.

“A crise nos mostra que estamos no mesmo barco. Ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém”.

Jorge Nestor Amaya

O representante do governo argentino foi ainda mais enfático ao relacionar a crise econômica com o que pode vir a ser uma crise sanitária. “A crise nos mostra que estamos no mesmo barco. Ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém”.

Um participante africano, de Mali corroborou a posição da OIE: “O mundo é uma grande aldeia, os países são bairros, cada um com sua peculiaridade, porém a incapacidade de um em cuidar da sanidade e rastreabilidade de seus rebanhos prejudicará todos os demais”.

Foi consenso, ao final do evento

que o país que não tiver um sistema efetivo de rastreabilidade animal estará fora da disputa por uma fatia do concorrido mercado internacional dos países desenvolvidos. Terá

“Acabar com a fome no mundo depende muito da produção dos países em desenvolvimento e da sua inserção no comércio mundial”.

Irene Hoffmann

de se contentar com um comércio marginal para compradores menos exigentes e que, portanto, pagam bem menos pelos produtos.

Irene Hoffmann, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) relacionou a inserção de países em desenvolvimento no mercado mundial com a erradicação da fome no mundo, ao defender a necessidade da implantação de sistemas de rastreabilidade. “O setor pecuário é dos mais dinâmicos do mundo e é forte nos países pobres. O uso de mecanismos que garantam o acompanhamento do animal desde o nascimento até a mesa do consumidor é a única maneira desses países garantirem seu lugar no mercado. Acabar com a fome no mun-

do depende muito da produção dos países em desenvolvimento e da sua inserção no comércio mundial”.

Brasil - Para Jamil Gomes de Souza, diretor do Departamento de saúde Animal do Ministério da Agricultura, que acompanhou a conferência, a boa notícia fica por conta universalização das normas estabelecidas pela OIE. “As normas bilaterais estavam prevalecendo e agora, depois desta conferência, me parece que novos rumos poderão surgir. Principalmente considerando a operacionalidade do sistema, o custo e a sua universalização”.

Souza diz que o Brasil está em uma fase de consolidação de um sistema de identificação e rastreabilidade, cujo sucesso está ligado à participação efetiva de todos os interes-

“Não há nenhuma solução à vista sem parceria. Seguramente terá que ter a participação dos interessados em sentar à mesma mesa e distribuir as responsabilidades de cada um”

Jamil Gomes de Souza

sados. “Nesse caso, estamos falando de governo, produtores e indústria. Não há nenhuma solução à vista sem parceria. Seguramente terá que ter a participação dos interessados em sentar à mesma mesa e distribuir as responsabilidades de cada um”.

ESTIMATIVA

Conab prevê safra de 137,57 milhões de toneladas de grãos

O sétimo levantamento divulgado pela Conab (07/04) prevê uma safra 2008/09 de 137,57 milhões de toneladas, crescimento de 1,7% ante a estimativa do mês passado, de 135,32 milhões t.

Os números foram divulgados nesta terça-feira (7). O ciclo agrícola 2008/09 continua como o segundo melhor resultado da história do país, perdendo apenas para a colheita do período passado, de 144,13 milhões t, perda de 6,56 milhões de toneladas.

Uma das culturas com maior incremento desta edição é o milho, que saiu de 50,37 milhões t em fevereiro para 51,91 milhões t em março (+3,06%). A soja e o arroz também tiveram a produção reajustada para cima: a oleaginosa de 57,63 para 58,14 milhões t, e o cereal de 12,52 para 12,67 milhões t.

Percentualmente, é o feijão que segue como a lavoura de maior destaque. Enquanto outras culturas registram retração em relação ao ciclo passado, a leguminosa apresenta aumento de 8,2%. As três safras (das águas, da seca e de inverno) neste ano devem chegar a 3,81 milhões de toneladas, a maior já alcançada no país.

Mais de 65% dos grãos da safra de verão no Centro-Sul já foram colhidos, como milho, feijão, arroz e soja. O plantio da segunda safra nestas regiões está concluído. A exceção é o Nordeste, onde segue até maio.

Trigo – A pesquisa trouxe, também, os primeiros números do trigo para o período 2009/10. Se confirmado, o Brasil vai colher 13,1% menos que o de 2008/09, saindo de 6,02 para 5,23 milhões t. Na região Sul, principal polo produtor, responsável por mais de 90% do cultivo, a colheita deve encolher 14,4%. Já no Sudeste e no Centro-Oeste, o cereal crescerá, res-



pectivamente, 4,4% e 1,1%.

Para realizar a pesquisa, cerca de 70 técnicos da Conab estiveram em campo entre os dias 16 e 20 de março. Foram entrevistados produtores rurais, agrônomos e técnicos de cooperativas, secretarias de agricultura, órgãos de assistência técnica e extensão rural e agentes financeiros dos principais municípios produtores do país.

Uma das culturas com maior incremento desta edição é o milho, que saiu de 50,37 milhões t em fevereiro para 51,91 milhões t em março (+3,06%).



PROJEÇÃO

Milho e feijão retomam crescimento da safra de grãos no Paraná



No Paraná, a projeção de produção de grãos aumentou de 26 milhões de toneladas no mês passado para 26,22 milhões de toneladas este mês, um acréscimo, apesar da preocupação com o retorno da escassez das chuvas em algumas regiões do Estado. A reavaliação foi positiva com a produção de feijão que voltou a crescer no Paraná.

Segundo o IBGE, a produção total para as três safras cultivadas no Estado deve avançar de 771.291 toneladas colhidas no ano passado para 802.286 toneladas colhidas este ano, um aumento de 4%. O feijão da segunda safra, cuja colheita está iniciando, deverá ser 26,9% maior em relação ao ano passado, passando de uma produção de 336.787 toneladas colhidas em 2008 para 427.512 toneladas este ano.

A projeção para a safra de soja no Paraná caiu um pouco mais.

No mês passado o IBGE previa uma colheita de 10,06 milhões de toneladas e a projeção do mês de março aponta para uma colheita de 9,86 milhões de toneladas

A expectativa de produção do milho da segunda safra também é maior em 8,6% sobre o desempenho do ano passado. A projeção do IBGE de março aponta para uma colheita de 6,46 milhões de toneladas, um crescimento de 8,6% sobre o ano passado, quando a colheita do milho safrinha atingiu 5,95 milhões de toneladas.

A elevação de 510 mil toneladas na expectativa de colheita do milho-safrinha reduziu a perda da safra total de milho no Paraná. No mês passado, a previsão apontava para uma produção total de 12,41

milhões de toneladas de milho no Estado. Este mês o IBGE reavaliou a situação das lavouras e projeta agora uma colheita de 12,53 milhões de toneladas.

A projeção para a safra de soja no Paraná caiu um pouco mais. No mês passado o IBGE previa uma colheita de 10,06 milhões de toneladas e a projeção do mês de março aponta para uma colheita de 9,86 milhões de toneladas, uma queda de 1,9% em relação ao mês de fevereiro. A previsão é que a produção de soja no Paraná deverá cair 15,8%.

MERCADO

Gilda Bozza

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP

Apenas três de 10 produtos agropecuários tiveram alta no primeiro trimestre



No Paraná, altas e baixas marcaram o comportamento dos preços de produtos agropecuários no primeiro trimestre deste ano. Comparado aos três primeiros meses do ano passado, apenas o boi gordo, o frango vivo e a soja tiveram aumento de preço no estado. Já os valores recebidos pelos demais produtos, como feijão, trigo, milho, suínos, o leite e café sofreram queda. É o que aponta um levantamento feito pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Soja – Nos três primeiros meses deste ano, os preços médios da soja em grão permaneceram nos mesmos patamares do mesmo período de 2008. A média trimestral de R\$ 44,47 por saca foi ligeiramente superior à média mensal registrada no ano passado, que foi de R\$ 43,24 por saca.

Os preços médios recebidos foram influenciados pela expectativa de quebra na safra e uma consequente redução de oferta. A oferta e a demanda mundiais, como o comportamento do mercado fi-

nanceiro internacional, repercutiram nas cotações do mercado doméstico.

Milho – No período analisado, os preços do milho no Paraná mostraram uma queda de 19%, comparado aos três primeiros meses de 2008. Já a média trimestral em 2009 foi de R\$ 16,99 por saca contra R\$ 20,93 por saca no ano passado.

Trigo – Quanto aos preços do cereal, houve uma queda de 20,5% de janeiro a março deste ano. A média trimestral foi de R\$ 28,19 por saca. Já no mesmo período do ano passado, a média foi de R\$ 35,44 por saca.

Suinocultura – Com uma queda de 19% nos preços recebidos nos três meses do ano, o segmento passa por uma difícil situação. Em janeiro deste ano, o suinocultor recebia R\$ 2,00 por quilo. Atualmente, recebe R\$ 1,62 por quilo.

A dependência em relação ao mercado russo, que responde por 40% das exportações brasileiras,

contribuiu para agravar a situação. A queda nos preços recebidos pelos suinocultores foi uma influenciada pela redução das exportações e a consequente colocação, no mercado interno, do excedente de produção.

Diante da crise, a suinocultura reivindica medidas para amenizar a situação. Entre elas, o segmento defende a fixação de um preço mínimo de garantia de R\$ 1,80 por quilo de suíno vivo.

Feijão - Os preços do feijão, tanto de cor como preto, estão abaixo do preço mínimo de garantia, que é R\$ 80,00 por saca. As expectativas quanto à cultura na safra 2008/09 não são animadoras. No ano passado, os preços médios de R\$ 135,49 por saca para o feijão de cor e de R\$ 119,33 por saca para o feijão preto, impulsionaram o aumento de 27% da área plantada na safra 2008/09, que foi prejudicado pela quebra de 41% na produção. Os bons preços médios em 2008 influenciaram o reajuste do preço mínimo de garantia que passou de R\$ 48,00 por saca para R\$ 80,00 por saca.

Comparado aos três primeiros meses do ano passado, apenas o boi gordo, o frango vivo e a soja tiveram aumento de preço no estado

CAMINHOS DO CAMPO - 2009

Levantamento da Expedição Safra prevê R\$ 2,6 bilhões a menos no Paraná

Menos soja, menos milho e menos R\$ 2,6 bilhões que deixam de circular na economia do estado.

A conta considera uma produção estimada em 5,2 milhões de toneladas que o Paraná deixa de colher no ciclo atual por causa da quebra provocada pela estiagem. São 2,5 milhões e 2,7 milhões de toneladas, respectivamente, conforme balanço realizado pela Expedição Safra RPC, concluído na semana passada. O prejuízo em valor monetário foi calculado com base na cotação média dos últimos três meses, em valor pago ao produtor, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria Estadual da Agricultura (Seab).

Mas poderia ser pior. O desempenho final ainda foi melhor do que o inicialmente estimado pela cadeia produtiva, que em janeiro trabalhava com uma quebra global acima de 6 milhões de toneladas. A projeção também considerava o feijão de primeira safra, que teve o seu rendimento reduzido em 170 mil toneladas. De acordo com a Expedição, soja e milho, que respondem por 80% da produção de grãos, tiveram um resultado 24% aquém do esperado em volume. Juntos, o cereal e a oleaginosa somam 15,5 milhões de toneladas, mas tinham potencial para 21,72 milhões de toneladas. Na relação com a safra anterior, a soja cai 15% e o milho, mais prejudicado, 30%.

Com 10 milhões de toneladas, a produção de soja retoma os índices de 2003 e 2004. As duas safras seguintes foram as únicas da história a superar 11 milhões de toneladas. No caso do milho, o volume produzido é igual ao resul-



tado da safra 2004/05, quando a produção também havia quebrado por causa da seca. Fora isso, produção menor do cereal ocorreu somente na safra 1999/00, há 10 anos.

Neste ciclo, o trabalho de campo da Expedição incorporou uma pesquisa sobre a intenção de plantio do milho safrinha. A projeção aponta uma pequena queda na área de 2ª safra no estado.

O levantamento sobre as variedades transgênicas mostra o avanço da soja RR, que agora está em 56% da área. E traz uma novidade, a cobertura com o milho Bt na safra de verão e a intenção para a safrinha, com 4% e 31% de ocupação. A edição de hoje do Caminhos do Campo mostra ainda variáveis que mudaram a história desta safra e destaca o segredo de alguns produtores em lavouras onde a tecnologia e as práticas de manejo amenizaram o efeito da estiagem. Em verdadeiros oásis de

produção, têm lavouras com produtividade similar ou acima da verificada no ano passado. São regiões que seguraram a queda e impediram que média final fosse ainda menor.

Amostragem - O balanço da Expedição Safra tem como base uma pesquisa que ouviu mais de 200 produtores em mais de 100 municípios durante o ciclo de verão, de setembro a março. Os dados foram potencializados com informações de plantio e colheita das 20 maiores cooperativas produtoras de grãos, espalhadas por todas as regiões do estado, que representam um universo de 80 mil produtores. A amostragem, que serviu de base de cálculo à projeção e ao balanço final da safra, contemplou 83% da área total de 4,1 milhões de hectares de soja e 59% das lavouras de milho, cultivado em 1,32 milhão de hectares. (por Giovani Ferreira, da Gazeta do Povo)

EXPEDIÇÃO SAFRA 2008/09

Propriedade chama atenção pela tecnologia e preocupação social



Depois de viagens técnicas a propriedades, sindicatos rurais e empresas ligadas ao agronegócio, foi concluída a Expedição Safra do ciclo 2008/09.

Os resultados da pesquisa de

campo realizada nos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás foram apresentados na ExpoLondrina no dia 03 de abril.

As viagens aconteceram entre setembro de 2008 e março deste ano. Participaram da Expedição, técnicos

e jornalistas da FAEP, Ocepar, OCB e do jornal Gazeta do Povo.

Segundo o engenheiro agrônomo da FAEP, Nilson Hanke Camargo, a iniciativa possibilitou comparar os números relativos à safra divulgados pelas instituições oficiais e os obtidos pela Expedição. “Com o nosso levantamento é meramente jornalístico. Mas pelo que verificamos, nossos dados ficam muito próximos dos divulgados oficialmente”, comentou.

Durante a Expedição, um das visitas que mais chamaram a atenção do engenheiro agrônomo da FAEP foi a realizada numa fazenda produtora de café na região de Cristalina, no estado de Goiás. “Conhecemos uma propriedade com 600 hectares de café irrigado. O produto é especial e é todo exportado para a Europa, com preços até 30% acima dos praticados no mercado interno”, disse.

Segundo Camargo, as propriedades na região têm, em média, extensões superiores a 1.000 hectares e chamam a atenção pela alta tecnologia utilizada. Na fazenda visitada, além do avanço tecnológico em cafeicultura, o que chamou a atenção do técnico da FAEP foi a preocupação com questões sociais. “Há várias iniciativas que visam assegurar uma melhor qualidade de vida aos funcionários que trabalham e vivem no lugar, concluiu.



“Conhecemos uma propriedade com 600 hectares de café irrigado. O produto é especial e todo exportado para a Europa”

ESTÍMULO

Programa de irrigação noturna poderá auxiliar produtores paranaenses



Os produtores de trigo do Paraná poderão ser beneficiados com as medidas de estímulo anunciadas pelo Governo do estado no dia 3 de abril para o plantio do grão com desconto no preço cobrado pela eletricidade usada na irrigação noturna e no subsídio ao seguro rural para quem aderir ao Programa de Irrigação Noturna.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Tibagi e da Comissão de Grãos da FAEP, Ivo Arnt Filho, a redução do valor da energia elétrica no período noturno favorece o produtor na irrigação, não afetando a produção com a seca e vai auxiliar na subvenção do valor do seguro agrícola para quem utilizar esta tecnologia, principalmente os agricultores do Sudoeste e Norte do estado.

“Acredito que o trigo será uma ótima opção de cultivo para o inverno este ano favorecido com a implementação do seguro e as garantias do governo federal em apoio à comercialização, com preços compatíveis com o mercado e com os custos de produção”, disse Ivo Arnt Filho.

Apoio ao produtor - Conforme a

proposta de Requião, o governo do Estado vai bancar 15% do custo do seguro da safra de trigo. Hoje o governo federal já subsidia 70% do custo do seguro e o governo do Estado vai complementar esse subsídio. Mas o governador anunciou que estende esse subsídio para 30%, co-

energia urbana, disse o governador.

O governador estendeu ainda mais sua proposta para facilitar a adesão dos produtores, que têm área maior de plantio. O governo do Estado está disposto a promover um registro eletrônico de preços para reduzir o custo de instalação dos equi-

O governo do Estado vai bancar 15% do custo do seguro da safra de trigo. Hoje o governo federal já subsidia 70% do custo do seguro e o governo do Estado vai complementar esse subsídio. Mas o governador anunciou que estende esse subsídio para 30%, cobrindo assim o que falta para atingir o custo total do seguro para os produtores se eles aderirem ao Plano de Irrigação Noturna

brindo assim o que falta para atingir o custo total do seguro para os produtores se eles aderirem ao Plano de Irrigação Noturna (PIN).

Com isso os produtores seriam beneficiados com a redução no custo da energia elétrica utilizada na propriedade entre as nove e meia da noite até às seis horas da manhã. O agricultor pagaria somente 12% do custo da

pamentos para irrigação, que no Oeste do Paraná tem que ser feito por sistema de pivô central para atingir grandes áreas. Com a licitação em escala, podendo atingir de dois mil a três mil projetos de irrigação, o governador calcula que o pregão eletrônico pode ajudar a reduzir entre 40% a 45% o custo dos equipamentos necessários para irrigação.

ARTIGO

Nivaldo Passos Kruger

Nivaldo Passos Kruger é secretário especial de Desenvolvimento Florestal - Publicado em 06/04/2009 - Jornal Gazeta do Povo

Os mitos do eucalipto

A edição da Gazeta do Povo do dia 1º do corrente divulgou opiniões e apreensões de prefeitos e outras pessoas sobre o cultivo de eucaliptos em municípios do Norte do Paraná, cuja expansão da cultura significaria prejuízos pela degradação do solo, como a cultura de cereais, por estar “invadindo áreas antes cultivadas com soja, milho e cana-de-açúcar” e que “para conter o avanço do eucalipto os prefeitos da região, conforme o prefeito de Ibaiti, estudam a possibilidade de promover um zoneamento agrícola e criar uma barreira para impedir que a espécie tome o lugar de outras culturas”.

O que certamente seria um Plano Diretor para ordenar o desenvolvimento rural é, em tese, louvável, mas de difícil realização, uma vez que as regras para utilização da propriedade rural já estão estabelecidas pela Constituição e leis decorrentes. Quanto à opção do agricultor de cultivar o que mais lhe convém é o direito da livre iniciativa garantida pela Constituição de 1988.

Os argumentos contrários ao cultivo florestal ali alinhados, em síntese, são os seguintes: comprometem a qualidade do solo; secam os mananciais; prejudicam as culturas que geram mais renda; empobrecem o solo; afetam a fauna e a flora; são variedades exóticas; essas árvores produzem substâncias tóxicas e eliminam plantas ao seu redor; e destroem nascentes.

Contudo, não houve imposição dos cultivos florestais, o que faz crescer sua demanda são as vantagens para todos. Seriam argumentos incontestáveis se estivessem fundamentados em estudos e pesquisas científicas. Estas, entretanto, existem e confirmam o contrário. Vejamos o que dizem pesquisas de órgãos competentes e insuspeitos:

a) O consumo de água da cultura do eucalipto é menor que na maioria das espécies cultivadas pelos nossos agricultores, como soja, café e trigo, também exóticas.

b) Quanto ao potencial da espécie em “secar mananciais” respondem a Universida-

de Federal de Viçosa, a UFPR, a Unicamp e o Instituto de Pesquisas Florestais, em artigo publicado na Revista Veja em abril de 2008, em matéria sobre a cultura do eucalipto, contestando alguns mitos, entre eles o que diz respeito ao consumo de água pela espécie. Para a produção de um quilo de madeira de eucalipto são consumidos 350 litros de água. Já um quilo de grãos de soja exige 2.000 litros de água.

Comparações entre espécies de eucaliptos com outras essências florestais mostram que plantios de eucalipto no Brasil consomem a mesma quantidade de água que as florestas nativas. Estudos comprovam que a água disponível para o eucalipto é proveniente, sobretudo, da camada superficial do solo. Normalmente suas raízes não ultrapassam 2,5 metros de profundidade e não conseguem chegar aos lençóis freáticos.

c) Quanto a prejudicar culturas que geram mais renda devemos lembrar que as pequenas e médias propriedades rurais, com ênfase às primeiras, sobrevivem não de uma única cultura, mas sim do conjunto delas, o que é chamado “sistema de produção”. Nestas propriedades a cultura do eucalipto faz parte deste sistema, coexistindo com a pecuária e agricultura tradicional e contribuindo na renda do conjunto de atividades. Trabalhos desenvolvidos conjuntamente entre Embrapa-Florestas, Emater e Seab demonstram que a atividade, quando inserida nos sistemas de produção, apresenta rentabilidade superior, sendo, contudo, um investimento de médio e longo prazos.

d) Sobre o empobrecimento do solo, pesquisas independentes já mostraram, também, os efeitos benéficos do eucalipto sobre diversas propriedades do solo, como estrutura, capacidade de armazenamento de água, drenagem e aeração, entre outras. Vale a pena frisar que quase tudo que o eucalipto retira do solo, ele devolve. Após a colheita, cascas, folhas e galhos, que possuem 70% dos nutrientes das árvores, per-

manecem no local e incorporam-se ao solo como matéria orgânica.

e) O argumento de que a fauna e a flora são afetados negativamente também merece atenção, pois quando os plantios são realizados de forma orientada e em respeito a Legislação Ambiental vigente, são entremeados com áreas cobertas com vegetação nativa, formando corredores que favorecem a preservação da fauna e da flora, oferecendo condições de abrigo, alimentação e reprodução para várias espécies. Com a adoção de modernas técnicas de planejamento de uso do solo, fica garantida a biodiversidade dos sistemas aquáticos e terrestres. Também não se observa, em áreas de plantio do eucalipto, qualquer efeito de produção de substâncias tóxicas que impeçam o crescimento de outras espécies, prova disto são áreas implantadas no estado onde se realiza, com sucesso, o consórcio da árvore com pastagens (sistemas silvipastoris) e com a agricultura tradicional (sistemas silviagrícolas).

É preciso que tenhamos consciência da frágil realidade florestal do Paraná, que com uma conjuntura composta por mais de 1.200 indústrias e 350 mil trabalhadores, desponta como segundo produto da pauta de exportações do estado. Mas, não por largo horizonte, estamos na iminência de um “apagão” no setor caso não cuidemos imediatamente de suprir o déficit entre disponibilidade florestal e consumo. Diante do que precisamos cultivar no mínimo 57 mil hectares, a mais do que vem sendo realizado, para estabelecermos o equilíbrio a partir de 2021.

Daí a importância de levarmos aos paranaenses os meios para que em conjunto possamos alcançar essa meta. As opiniões precisam vir a público para que dúvidas se esclareçam e, pelo diálogo sereno e honesto, não só asseguremos o funcionamento do sistema como ainda possamos ampliá-lo, criando novas oportunidades de desenvolvimento sustentável no campo e nas cidades.

Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina tem nova diretoria



Coquetel marca a posse da nova diretoria do sindicato de Santo Antônio da Platina.

A solenidade aconteceu no auditório da Associação Comercial da cidade. Entre as autoridades estiveram presentes a prefeita Maria Ana Pombo, vereadores do município e o diretor financeiro da FAEP Dr. João Luiz Rodrigues Biscaia.

José Afonso Júnior assume a presidência do sindicato e Flora Camina Bugallo Gaudêncio e Pedro de Oliveira assumem como vice-presidentes. Paulo José Buso Junior e Luiz Nunes Faria tomam posse como secretários.

A tesouraria do sindicato assume João Cláudio Gaudêncio e Marcio Lemes de Toledo. Os suplentes da diretoria são Juliana Franco de Medeiros Coutinho, José Emidio Martins, Maria Anete Lima e Joaquim Fernandes Neto. O Conselho Fiscal do sindicato será formado por Guilherme Lange Goulart, Sebastião Américo Calheiro e João Paulo Calomeno. Assumem como suplentes do Conselho Fiscal, Élson Marcelo Eleutério da Rosa, Aylton Capucho e Ricardo José Afonso. O delegado representante será o presidente José Afonso Júnior e Paulo José Buso Júnior será o delegado suplente.

Sindicato de Goioerê inaugura escritório de extensão de base

A Expo Rancho/2009 foi realizada nas comemorações do 17º aniversário do município de Rancho Alegre D'Oeste nos dias 19, 20, 21 e 22 de março. E o sindicato rural de Goioerê esteve prestigiando o evento, na oportunidade inaugurou o escritório de Extensão de Base do sindicato rural de Goioerê.

Nele os produtores rurais de Rancho Alegre D'Oeste poderão utilizar os serviços do sindicato. Estiveram presentes na inauguração do escritório o prefeito do município Valdinei José Peló e vereadores da região. Os produtores assistiram a uma palestra do programa Casa em Ordem. E tiveram a sua disposição durante toda a Expo Rancho um estande do Sistema FAEP, que o sindicato rural de Goioerê disponibilizou.

Funcionários concluem Programa de Desenvolvimento

No dia 03 de abril, 28 funcionários da FAEP e do SENAR-PR participaram do encerramento do Programa de Desenvolvimento Profissional no Hotel Estância Betânia, situado no município de Colombo.

O último dia do Programa foi marcado por um treinamento experimental ao ar livre. Os funcionários participaram de várias atividades lúdicas, dinâmicas, caminhadas e vivências, voltadas para reflexões sobre liderança, superação, autoconhecimento e outras questões sobre desenvolvimento profissional.

Com seis meses de duração, o Programa desenvolvido pela Exodus Consultoria e Treinamento foi composto de 12 módulos. Entre eles, estiveram os de valor e competência organizacionais, estilos de liderança, planejamento e administração do tempo.

Nova diretoria da AFFASE

No último dia 3 tomou posse a nova diretoria da Associação dos Funcionários da FAEP/SENAR-PR (AFFASE). A entidade será presidida no período 2009/2011 por Bianca Levoratto (no centro da foto), eleita pela unanimidade dos associados. Ela comanda a área de eventos da FAEP e substituirá a Virmond Richard Lemos, que atua nessa mesma área do SENAR-PR.



JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado. - djalma.sigwalt@uol.com.br

Representação sindical única

Dois aspectos mostram-se fundamentais no atual direito constitucional brasileiro no que concerne aos sindicatos. Entenda-se sindicato como a entidade sindical do primeiro ao mais elevado grau. Não há distinção entre sindicato de base municipal ou confederação nacional, ou ainda federação estadual. Os elementos comuns a todas essas entidades são a autonomia e a unicidade. Aqui nos interessa o exame da unicidade ou unidade sindical. O instituto da unicidade tornou-se constitucional, conforme se depreende do artigo 8º, II. A lei maior veda "a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município". A repercussão prática do mecanismo gerado em 1988 é a impossibilidade da existência de duas entidades sindicais, insista-se, em qualquer nível, representar uma mesma categoria econômica ou profissional. De lembrar-se que a área mínima fixada na Carta é igual à área de um Município. Assim, estende-se o alcance do conceito ao sindicato de primeiro grau, isto é, de base municipal, inclusive. Prevalece o entendimento de que as categorias organizadas não poderão ser representadas em juízo ou fora dele, por entidades diversas. Afasta a duplicidade de representações. Apenas um único braço sindical patrocinará os interesses da categoria, seja ela obreira ou econômica. Esse o modelo definidor do sindicalismo brasileiro.

O fato novo foi à transmutação

da unicidade sindical, pois outrora, anteriormente à Constituição de 1988, decorria da legislação comum, ao passo que atualmente tornou-se matéria de âmbito constitucional. Dessa forma, foi erigida à condição de instituto fundamental da lei constitucional. Equivale a princípio, arrolado entre os direitos sociais. Nesse passo não poderá ser arredada a unicidade através de simples legislação ordinária. Achando-se expressada na Carta Política somente a emenda poderá estipular a sua alteração, modificação ou extinção.

O substrato constitucional ocupado pela unicidade sindical lhe confere garantia e proteção, porquanto a sua modificação parcial ou total dependerá de processo longo e exaustivo. Trata-se de alterar dispositivo expresso constitucional. Nessa hipótese prevalece o artigo 60 da Constituição. O preceito que emana do dispositivo referido exige que a emenda seja "discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros". O quorum exigido para a emenda da Constituição é elevado, ou seja, três quintos dos votos. Além disso, a emenda deverá ser votada em dois turnos, e ainda, em cada Casa do Congresso. Vai daí que o legislador constituinte ao alojar a unicidade sindical ao lado da autonomia perante a Carta de 1988, outorga ao sistema sindical pilares sólidos de sustentação, a fim de que possa ele cumprir o seu papel, de forma independente e, mais ainda, exercer com clareza a representação de cada categoria específica, em seus variados níveis de atuação.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto,
Guerino Guandalini,
Nelson Teodoro de Oliveira,
Sebastião Olímpio Santarozza,
Ivo Polo,
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin,
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia,
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Francisco Carlos do Nascimento,
Luiz de Oliveira Netto,
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz R. Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato A. Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP
Jairo Correa de Almeida - FETAEP
Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
André Franco (redator)
Marcos Tosi (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO ORDINÁRIO - TRT-PR-02546-2008-021-09-00-2 (RO)

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE MARINGÁ, SINDICATO RURAL DE ASTORGA

RECORRIDOS: E. J. Z.

RELATORA: CLÁUDIA C. P. PINTO DE ALMEIDA

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da **MM. 2ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ**, sendo Recorrente **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, SINDICATO RURAL DE MARINGÁ, SINDICATO RURAL DE ASTORGA** e Recorrido **E. J. Z.**

I. RELATÓRIO

Inconformada com a r. sentença de fls. 265/267, proferida pela Exma. Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha, que acolheu parcialmente os pedidos formulados na inicial, recorre a parte autora.

Postula a reforma do julgado quanto ao item: a) Certidão do Ministério Público do Trabalho.

Contra-razões apresentadas pela parte ré às fls. 275/282.

Os autos não foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho em virtude do que dispõe o art. 44 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso ordinário interposto, bem como das contra-razões.

2. MÉRITO

CERTIDÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Entendeu o juízo "a quo" que o art. 606 da CLT não foi derogado, pelo que dispõe a Lei 11.648/2008. Que por inexistir certidão de que trata o caput do referido artigo, não houve preenchimento dos pressupostos processuais necessários ao desenvolvimento válido e regular do processo, determinando a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC.

Fulcrando-se em decisão do E. STJ e em vasta jurisprudência, argumenta a Recorrente que a referida certidão não é condição *sine qua non* para o ingresso do sindicato em juízo.

Requer, nesse passo, seja reconhecida a regular constituição e lançamento do crédito tributário mediante simples emissão das guias de recolhimento e a notificação pessoal do contribuinte.

A matéria na qual funda-se o presente recurso já foi objeto de análise desta Turma, quando do julgamento do RCCS nº TRT-PR-06375-2007-020-09-00-3, de relatoria do Exmo. Des. Dirceu Pinto Junior. Assim, por adequar-se à hipótese em comento, peço vênha para aqui transcrever os fundamentos expostos nos referidos autos, como segue:

"A questão relativa à necessidade de apresentação de certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho já foi objeto de apreciação por esta Turma no RCCS 343-2007-655-09-00-7, sessão do dia 13.12.07, em que fui Relator, e o entendimento foi de que o art. 606 da CLT deve ser interpretado sob a ótica da norma constitucional que, em seu art. 8º, afasta as entidades sindicais do âmbito de intervenção do Estado. Com isto, para a cobrança da contribuição sindical, não se exige mais a expedição de certidão pelo Ministério do Trabalho (órgão da administração pública direta), sob pena de afronta ao texto constitucional. Basta somente a emissão das guias de recolhimento

e dos demonstrativos de constituição do crédito tributário, como os juntados aos autos às fls. 1/15 (volume de documentos).

Não bastasse tal fato, a cobrança da contribuição sindical está prevista em lei e tem, portanto, caráter compulsório (art. 149 da Constituição Federal), o que torna obrigatório o seu pagamento todos aqueles que se enquadrem nas hipóteses legais".

No mesmo sentido ainda, o acórdão de lavra do Exmo. Desembargador Arion Mazurkevich:

"O que se busca no caso dos autos é justamente a constituição do título executivo, através de ação de cobrança, como ação de conhecimento. Portanto, a certidão de que trata a CLT não é essencial para o ajuizamento da presente ação, podendo se falar o mesmo em relação ao lançamento" (RCCS-00014-2007-026-09-1, publicado em 09/05/2008)

O art. 606 da norma consolidada, deve ser interpretado sob a ótica da norma constitucional que, em seu art. 8º, afasta as entidades sindicais do âmbito de intervenção do Estado. Com isto, para a cobrança da contribuição sindical, não se exige mais a expedição de certidão pelo Ministério do Trabalho sob pena de afronta ao texto constitucional. Basta somente a emissão das guias de recolhimento e dos demonstrativos de constituição do crédito tributário, como os que se encontram devidamente colacionados aos autos.

Não se cogita, outrossim, de inconstitucionalidade da cobrança sindical, sob a alegação de ausência de lei complementar, porquanto já foi afastado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, como bem destacado pela Recorrente, tendo em vista sua recepção expressa pelo art. 10, § 2º do ADCT. A contribuição sindical rural é devida pelos empresários ou empregadores rurais, nos termos do art. 1º, II do Decreto-lei nº 1.166/71 e este define o sujeito, o fato gerador e a base de cálculo, tornando desnecessária regulamentação a respeito mediante lei complementar.

Diante do exposto e do que prescreve o art. 515 do CPC, em seu §3º, verificando que a cobrança está sendo requerida pelos credores legitimados pela lei (arts. 579 e 589 da CLT) e que a obrigação de pagamento decorre de disposição legal, **REFORMO** a sentença pretérita para condenar o Recorrido ao recolhimento das contribuições rurais referentes aos exercícios indicados, na forma pretendida e nos termos dos arts. 578 e 610, acrescida de multa do art. 600 da mesma norma consolidada, observando-se, porém, o limite de que trata o art. 412 do CC.

III. CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE**, bem como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, **DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR** para, nos termos da fundamentação, condenar o Recorrido ao pagamento das contribuições sindicais elencadas, acrescida da multa de que trata o art. 600 da CLT.

Custas não alteradas.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2009.

CLÁUDIA C. P. PINTO DE ALMEIDA
JUÍZA RELATORA

PREVIDÊNCIA

João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

A mulher na Previdência Social

Quando tratamos do reconhecimento do direito da mulher dentro da legislação da previdência social, nos deparamos com algumas situações que merecem nossa atenção.

Iniciemos pela Constituição Federal que inovou no campo dos direitos da mulher, a qual em um dos seus dispositivos, mais precisamente o artigo 226, reconheceu para os devidos fins de direito a união estável entre homem e mulher.

Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham filhos em comum, enquanto não se separarem.

Em especial, quando trata dos direitos da companheira, em matéria previdenciária, a alteração foi importante. A dependência econômica do cônjuge, dos filhos e da companheira é presumida, enquanto das demais deve ser comprovada.

A legislação previdenciária estabelece a figura de beneficiários, assim considerados como os segurados e seus dependentes.

Assume a condição de segurado o empregado com registro em Carteira de Trabalho, o empregado doméstico, o empresário urbano e rural, este o produtor rural, pessoa física, que utiliza empregado. Quando sem empregados, denominado segurado especial. Esta condição é comprovada a partir da filiação, ou seja, quando efetuar o pagamento da primeira contribuição mensal. No caso de segurado especial através de comprovação da data de início do exercício de atividade produtiva rural e respectiva comercialização da produção agropecuária.

Para a mulher companheira do segurado rural, seja ele empregado, avulso, temporário, bóia-fria ou produtor rural, também é estendido este direito à pensão e auxílio-reclusão

Quanto aos dependentes do segurado, se dividem em classes, na seguinte ordem: o cônjuge, a (o) companheira (o) e o filho, menor de 21 anos ou inválido; os pais, o irmão, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; e outra pessoa habilitada como dependente menor de 21 anos ou maior de 60 anos, inválidos ou não.

Contudo, a companheira deverá comprovar, por ocasião da habilitação à pensão, possuir união estável com o segurado, dele dependendo economicamente. Não tendo sido inscrita como dependente poderá habilitar-se ao benefício, mesmo que o segurado possua esposa ou deva pensão alimentícia, em caso de separação judicial ou divórcio. Neste caso o valor da pensão deverá ser dividida entre as dependentes. Ocorrendo o falecimento de uma delas, o valor incorporará a pensão da parte sobrevivente.

Em havendo pais, filhos menores ou inválidos, ou outras pessoas recebendo o benefício, a companheira continua tendo direito a receber a sua parte proporcional, devendo para isto habilitar-se junto ao INSS a fim de, como dependente preferencial, excluir os dependentes de classes inferiores.

Do mesmo modo, o auxílio-reclusão pode ser pleiteado pela companheira do segurado recolhido a prisão.

Para a mulher companheira do segurado rural, seja ele empregado, avulso, temporário, bóia-fria ou produtor rural, também é estendido este direito à pensão e auxílio-reclusão.

No caso de aposentadoria por idade aos 55 anos para a mulher esposa ou companheira do produtor rural, que explora a atividade agropecuária, sem empregados perma-

nentes, a documentação é a mesma do cônjuge ou companheiro, ou seja, comprovação de união estável e dependência econômica, além do exercício da atividade agropecuária em regime de economia familiar.

Para a esposa ou companheira do produtor rural empregado permanentemente, que não exerce outra atividade fora do ambiente familiar, o direito a aposentadoria por idade só ocorre quando comprovada a contribuição mensal ao INSS, na condição de dona de casa, segurada facultativa. Quanto à pensão e auxílio-reclusão são estendidos os mesmos direitos das demais mulheres.

Assim, podemos concluir que o direito da mulher rural no que diz respeito à pensão são os mesmos. Entretanto quanto à aposentadoria não o são. Uma por ser esposa ou companheira de produtor rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando empregados temporários, tem acesso aos benefícios da previdência apenas com os documentos do conjunto familiar, não necessitando comprovar contribuição. A outra, cujo cônjuge, também produtor rural, mas em área de terra superior a quatro módulos fiscais e utilizando empregados permanentes, só terá acesso a aposentadoria mediante o recolhimento mensal de uma contribuição mínima de 11% (onze por cento) incidente sobre o valor do salário mínimo.

Portanto, discutível o princípio de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais e urbanas, além de equidade na forma de participação no custeio, previstos no artigo 194, § único, II e V, da Constituição Federal, quando tratamos do reconhecimento do direito da mulher rural a aposentadoria.

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Emater e Sindicato Rural de Pitanga promovem curso de tratorista



“Este curso é de grande importância, para que o agricultor possa tirar melhor proveito dos equipamentos agrícolas”

Amílcar Afonso Marques - Emater

Uma parceria firmada entre o sindicato rural de Pitanga, SENAR-PR e Emater, realizou o curso de tratorista para produtores rurais do município.

O curso foi realizado nos dias dois e três de abril. 13 agricultores participaram do curso no auditório do sindicato. As aulas foram ministradas por Elson Buaski, instrutor do SENAR-PR. “Este curso é de

grande importância, para que o agricultor possa tirar melhor proveito dos equipamentos agrícolas” disse o técnico da Emater Amílcar Afonso Marques, que acompanhou o curso.

PARCERIA

Tibagi em busca da qualidade total

O grupo de produtores e trabalhadores da foto ao lado integra o curso Qualidade Total, do SENAR-PR, em parceria com o Sindicato Rural de Tibagi. A turma começou em fevereiro e segue até outubro deste ano, com aulas na Agropecuária Alberti. O curso é dividido nos seguintes módulos:

- Compromisso com o Êxito;
- A Conquista da Qualidade;
- Deolho na Qualidade;
- Melhoria de Processos;
- Compromisso com o Futuro.

A proposta do curso é melhorar a qualidade de vida e a renda das pessoas que trabalham na empresa rural, com foco na gestão profissional da propriedade.



EDITORIAL

Jornal O Estado de São Paulo

Publicado no jornal O Estado de São Paulo de 3 de abril de 2009

Os delinquentes do MST

No momento em que o Movimento dos Sem-Terra (MST) em Brasília, com apoio de centrais sindicais, realizava manifestação de protesto em frente à sede do Supremo Tribunal Federal (STF), contra o que chamava de "tentativa de criminalização dos movimentos sociais no Brasil", a polícia de Marabá, no Estado do Pará, interrogava 12 militantes do MST que haviam sido presos, no sábado, com nove espingardas, um revólver e munição, acusados de prática de assalto e porte ilegal de armas. Eles estavam roubando dinheiro e objetos de valor de motoristas na Rodovia PA-150, no município de Eldorado dos Carajás, nas proximidades da Fazenda Barra Bonita, invadida pelo MST.

Em Brasília os manifestantes bradavam, especialmente, contra o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, porque este, há pouco tempo, afirmara que é ilegítimo repassar dinheiro público para movimentos que promovem invasões de terra e outros tipos de violência. Em Eldorado dos Carajás, os militantes emessetistas haviam acabado de provar, com seus atos, que o ministro Mendes tem inteira razão.

É verdade que tanto em Brasília como no Pará os militantes emessetistas não estiveram sozinhos - mas aí havia diferenças: no protesto em Brasília, sob o lema "trabalhador rural não é marginal", o MST contava com o apoio de centrais sindicais, sindicatos e associações civis, com

direito a "abraço simbólico" da sede do STF. Já em Marabá, em episódios simultâneos aos assaltos na estrada, o MST disputava com "movimentos sociais" concorrentes - como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (Fetagri) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) - espaços na fazenda invadida Barra Bonita, pertencente à Agropecuária Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas.

Os três grupos estão em conflito porque disputam as residências dos funcionários da fazenda expulsos por ocasião da invasão. Segundo informações dos administradores da fazenda, os invasores roubam e matam gado e também roubaram um caminhão para utilizá-lo no transporte das estacas de demarcação da propriedade, que estão arrancando. E assim mesmo protestam, em Brasília, contra os que dizem que suas atividades ilegais não permitem que recebam financiamento com recursos públicos. A propósito, matéria da Folha de S. Paulo, de domingo (29/03), dá conta de que as ONGs ligadas ao MST se multiplicam para receber verbas do governo federal e o valor investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apura os repasses feitos para quatro dessas organizações, é três vezes maior do que o que se supunha. Desde 2003 o governo federal repassou R\$ 152 milhões não para quatro, mas sim para nada menos do que 43 entidades ligadas ao MST.

As ONGs ligadas ao MST se multiplicam para receber verbas do governo federal e o valor investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apura os repasses feitos para quatro dessas organizações, é três vezes maior do que o que se supunha

Supunha-se que os repasses indiretos de verbas públicas ao MST se dessem por meio de umas poucas cooperativas, só para que se tornasse "legal" o recebimento de dinheiro público por parte de uma entidade juridicamente inexistente. O MST, que já atua há muitos anos e é pioneiro no campo dos movimentos sociais de reivindicações fundiárias - tendo por bandeira principal a reforma agrária -, jamais quis ter existência formal porque esta implicaria obrigação de prestar contas de suas ações e das verbas recebidas. Sabia-se, há muito tempo, que esse movimento substituíra a bandeira fundiária original por outras, pseudoambientalistas - contra os transgênicos, contra o aperfeiçoamento genético de sementes e coisas do gênero (às vezes associado a movimentos internacionais, como o agressivo "Via Campesina"). Sabe-se, agora, que a entidade se tornou um rentável negócio - certamente no ramo dos negócios ilícitos - pela via do "aproveitamento" de verbas públicas.

O ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, afirma que bloquear as verbas do governo para as ONGs ligadas ao MST seria "autoritarismo". Com isso não é preciso dizer mais nada para explicar, a quem quer que seja, a aberração que é o governo de Estado Democrático de Direito sustentar (pois é isto que faz) movimentos constituídos por foras-da-lei, que não hesitam em praticar crimes em série.

CRAQUES DA AGROPECUÁRIA

Eles já fizeram mais de mil gols



Alexandre Jacewicz e Jorge Proença

Atingir a marca de mil gols, ou se aproximar ao máximo dela, é um feito que notabiliza os craques do futebol e fascina os torcedores.

Usando o futebol como metáfora para o desempenho nas profissões de engenheiro agrônomo e médico veterinário, a FAEP contou nos últimos anos com a atuação de dois goleadores. Tranquilamente, marcaram mais de mil gols nos serviços prestados à agropecuária paranaense. Ao pendurarem as chuteiras, deixam o campo sob os aplausos de quem jamais vai esquecer de suas habilidades únicas.

Jorge Proença, o agrônomo, sempre jogou no ataque. Notabilizou-se pelos dribles desconcertantes a pragas e doenças que afetam o milho, o trigo e a soja. É profissional do tipo que volta para ajudar no meio-de-campo, não erra um passe quando os assuntos envolvem seguro rural, crédito rural e política agrícola.

Alexandre Jacewicz, o veterinário, é zagueiro implacável. Com uma vida dedicada à defesa agropecuária, Alexandre sabe marcar como ninguém e bater duro quando o adversário é febre aftosa, brucelose, peste suína clássica e outras doenças perigosas na grande área. Defende e sobe ao ataque, fazendo um gol após o outro na elaboração de estratégias de defesa sanitária e articulações com outros estados e países.

“São dois profissionais que honraram a camisa da FAEP. No meu time, sempre foram titulares”, diz o treinador, ou melhor, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Ficha Técnica

Jorge de Arruda Proença Filho

Nascimento: 28/02/1937, Rio de Janeiro – RJ
Torcedor do Botafogo, dois filhos e quatro netos
Engenheiro agrônomo formado pela UFPR em 1962

Atuação profissional:

Extensionista rural da Emater-PR; gerente de Desenvolvimento Técnico da Union Carbide do Brasil; agrônomo da Adubos Trevo; agrônomo da FAEP (de 1991 a 2006).

Balanco:

“Aprender e transmitir. Isso sempre foi prazeroso para mim. Creio que completei bem um ciclo de minha vida”.

Alexandre Antonio Jacewicz

Nascimento: 15/05/1937 - Curitiba – Paraná
Torcedor do Coritiba, 3 filhos e 1 neto para julho
Médico veterinário formado pela UFPR em 1961

Atuação profissional: Veterinário da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB-PR); fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura e FAEP (de 1996 a 2009).

Balanco: “Minhas origens são do meio rural. Tive muita satisfação em trabalhar com os produtores. Creio que atingi os objetivos de ser um bom profissional, de contribuir para melhorar a agropecuária de modo geral e ajudar o Brasil a alcançar respeito no comércio internacional e superar barreiras sanitárias”.

DERIVADOS DO LEITE

Agricultoras fazem curso de produtos derivados do leite

As participantes aprenderam técnicas de preparo de diversos produtos que têm o leite como matéria prima

Com apoio do SENAR-PR, o sindicato rural de Campina da Lagoa realizou um curso de produção de derivados de leite, para agricultoras da região.

O curso aconteceu nos dias 30 e 31 de março, na Aprocamp apresentou para as participantes as técnicas para preparo dos produtos de forma caseira. As participantes aprenderam técnicas de preparo de diversos produtos que tem o leite como matéria prima. Herta Hadeck, instrutora do SENAR-PR, aplicou as aulas para 12 produtoras rurais do município. Ao término do curso as participantes fizeram uma demonstração dos produtos na Feira do Produtor Rural que acontece no espaço da Associação do Pequeno Produtor Rural de Campina da Lagoa.



Ao término do curso as participantes fizeram uma demonstração dos produtos na Feira do Produtor Rural que acontece no espaço da Associação do Pequeno Produtor Rural de Campina da Lagoa.



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável